

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS, E IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

2

Capítulo I – Impostos federais

Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF)

Legislação básica: Leis nº 7.713, de 22.12.1988; nº 7.739, de 16.3.1989; nº 8.134, de 27.12.1990; nº 8.218, de 29.8.1991; nº 8.383, de 30.12.1991; nº 8.541, de 23.12.1992; nº 8.981, de 20.1.1995; nº 9.065, de 20.6.1995; nº 9.249 e nº 9.250, de 26.12.1995; nº 9.532, de 10.12.1997; nº 9.718, de 27.11.1998; nº 10.637, de nº 30.12.2002; nº 10.828, de 23.12.2003; nº 11.119, de 25.5.2005; nº 11.311, de 13.6.2006; e nº 11.482, 31.5.2007; Instrução Normativa da SRF nº 25, de 29.4.1996; Decreto nº 3.000, de 26.3.1999 (regulamento).

Fato gerador: aquisição de disponibilidade:

- a) de renda (o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos);
- b) de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no item anterior.

Rendimentos tributáveis: todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões e, ainda, os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados.

Base de cálculo: rendimento bruto anual ajustado pelas deduções previstas em lei.

Contribuintes: pessoas físicas residentes ou domiciliadas no País, assim como pessoas físicas residentes ou domiciliadas no exterior que recebam no Brasil rendimentos tributáveis.

Alíquotas: 2008: de R\$1.372,82 até R\$2.743,25, alíquota de 15%; acima de R\$2.743,25, alíquota de 27,5%. 2009: de R\$1.434,60 até R\$2.866,70, alíquota de 15%; acima de R\$2.866,70, alíquota de 27,5%. E 2010: de R\$1.499,20 até R\$2.995,70, alíquota de 15%; acima de R\$2.995,70, alíquota de 27,5%.

Prazo de recolhimento: o saldo do imposto a pagar (imposto devido menos recolhimento mensal) poderá ser pago em até seis cotas iguais, mensais e sucessivas, observando-se o seguinte:

- a) nenhuma cota será inferior a R\$50,00 e o imposto de valor inferior a R\$100,00 será pago de uma só vez;
- b) a primeira cota ou cota única deverá ser paga no mês fixado para entrega da declaração;
- c) as cotas vencerão no último dia útil de cada mês.

Destinação: 21,5% para o FPE; 23,5% para o FPM; e 3% para os FNO, FNE e FCO.

Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)

Legislação básica: Leis nº 8.383, de 30.12.1991; nº 8.541, de 23.12.1992; nº 8.981, de 20.1.1995; nº 9.065, de 20.6.1995; nº 9.249, de 26.12.1995; nº 10.431, de 24.4.2002; nº 10.426, de 24.4.2002; nº 11.053, de 29.12.2004; Decreto nº 3.000, de 26.3.1999 (regulamento).

Fato gerador: aquisição de disponibilidade:

- a) de renda (o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos);
- b) de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no item anterior.

Base de cálculo:

- a) lucro real: lucro líquido do exercício ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação;
- b) lucro presumido: forma simplificada para determinação da base de cálculo, desobrigando os contribuintes, perante o fisco federal, de manter escrituração contábil. O lucro presumido, de um modo geral, é determinado mediante a aplicação do percentual de 8% sobre o valor da receita bruta mensal. Existem outros percentuais para atividades específicas (Lei nº 9.249);
- c) lucro arbitrado: determinado mediante aplicação sobre o valor da receita bruta, quando conhecido, dos percentuais fixados para determinação do lucro presumido acrescidos de 20%.

Contribuintes: pessoas jurídicas de direito público ou privado domiciliadas no País, sejam quais forem seus fins, nacionalidade ou participantes no capital; as filiais, sucursais, agências ou representações no País das pessoas jurídicas com sede no exterior.

Alíquotas: 15% mais um adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo, apurada mensalmente, que exceder a R\$20 mil.

Periodicidade de apuração:

- a) trimestral: as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, poderão efetuar apuração trimestral com períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário;
- b) estimativa mensal: a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá optar por efetuar o pagamento e a apuração do imposto com base em estimativa mensal, mediante a aplicação, sobre a receita bruta auferida mensalmente, dos mesmos percentuais utilizados para o lucro presumido.

Prazo de recolhimento:

- a) apuração trimestral: será pago em cota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração. O contribuinte poderá optar pelo pagamento parcelado em até três cotas mensais, iguais e sucessivas;
- b) apuração mensal: até o último dia útil do mês subsequente àquele a que se referir;
- c) saldo do imposto apurado em 31 de dezembro (declaração de ajuste):
 - c.1) pago em cota única, até o último dia útil do mês de março do ano subsequente, se positivo, corrigido pela taxa de juros Selic a partir de 1º de fevereiro até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento;
 - c.2) compensado com o imposto a ser pago a partir do mês de abril do ano subsequente, se negativo, assegurada a alternativa de pedido de restituição.

Destinação: 21,5% para o FPE; 23,5% para o FPM; e 3% para os FNO, FNE e FCO.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

Legislação básica: Leis nº 7.713, de 22.12.1988; nº 7.739, de 16.3.1989; nº 8.134, de 27.12.1990; nº 8.218, de 29.8.1991; nº 8.383, de 30.12.1991; nº 8.541, de 23.12.1992; nº 8.981, de 20.1.1995; nº 9.065, de 20.6.1995; nº 9.249 e nº 9.250, de 26.12.1995; nº 9.532, de 10.12.1997; nº 9.887, de 7.12.1999; nº 9.959, de 27.1.2000; nº 11.119, de 25.5.2005; nº 11.196, de 21.11.2005; nº 11.311, de 13.6.2006; e nº 11.482, de 31.5.2007; Instrução Normativa da SRF nº 25, de 29.4.1996; Decreto nº 3.000, de 26.3.1999 (regulamento).

Rendimentos sujeitos à incidência na fonte: rendimentos do trabalho assalariado pagos por pessoa física ou jurídica e os demais rendimentos pagos

por pessoa jurídica a pessoa física, tais como: os rendimentos de trabalho sem vínculo empregatício, os proventos de aposentadoria, de reserva e de reforma e as pensões civis e militares; os rendimentos de aluguéis, *royalties* e arrendamento de bens e/ou direitos; as despesas ou encargos, cujo ônus seja do empregado, pagos pelos empregadores em favor daquele, tais como aluguel, contribuição previdenciária, imposto de renda, seguro de vida; as multas e vantagens por rescisão de contrato; os rendimentos efetivamente pagos aos sócios ou titular de microempresa etc.

Base de cálculo:

- a) rendimentos do trabalho: rendimento bruto mensal ajustado pelas deduções previstas em atos legais;
- b) rendimentos de capital (aplicações financeiras): diferença positiva entre o valor da alienação e o valor da aquisição;
- c) remessas ao exterior: valor bruto dos juros/comissões e rendimentos pagos, creditados, entregues ou remetidos ao exterior;
- d) outros rendimentos:
 - d.1) prêmios e sorteios em geral: valor do prêmio em dinheiro obtido em loterias, concursos desportivos (turfe) ou concursos de prognósticos desportivos;
 - d.2) serviços de propaganda prestados por pessoa jurídica: valor do rendimento obtido pela prestação de serviços de propaganda e publicidade;
 - d.3) remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica: valor da remuneração recebida em razão da prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional.

Alíquotas:

- a) rendimentos do trabalho: 2008: de R\$1.372,82 até R\$2.743,25, alíquota de 15%; acima de R\$2.743,25, alíquota de 27,5%. 2009: de R\$1.434,60 até R\$2.866,70, alíquota de 15%; acima de R\$2.866,70, alíquota de 27,5%. E 2010: de R\$1.499,20 até R\$2.995,70, alíquota de 15%; acima de R\$2.995,70, alíquota de 27,5%;
- b) rendimentos de capital:
 - b.1) renda variável (investimentos em ações no mercado à vista e em fundos de ações): 15%;
 - b.2) renda fixa (fundos de investimentos): alíquotas decrescentes, de acordo com o prazo de permanência dos recursos na aplicação, a saber: até 6 meses, 22,5%; de 6 a 12 meses, 20%; de 12 a 24 meses, 17,5% e, acima de 24 meses, 15%. Além disso, todos os investidores, independentemente do prazo de suas aplicações, passarão a ter o benefício de pagarem a tributação periódica ("come cotas"), que passará de mensal a semestral, com a entrada em vigor da conta-investimento, pela alíquota mais baixa de 15%;

- c) remessas de juros de empréstimos contraídos no exterior: 15% (exceto para os empréstimos relacionados à exportação e os que forem contraídos até 31.12.1999);
- d) outros rendimentos: 30% (prêmios e sorteios), 1,5% (serviços de propaganda) e 1,5% (remuneração de serviços profissionais).

Periodicidade de apuração: semanal.

Prazo de recolhimento: até o último dia útil do 1º decêndio do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador. No caso das remessas ao exterior, na data de ocorrência do fato gerador.

Destinação: 21,5% para o FPE; 23,5% para o FPM; e 3% para os FNO, FNE e FCO.

Imposto sobre a Exportação (IE)

Legislação básica: Decretos nº 660 e nº 661, de 25.9.1992; nº 846, de 25.6.1993; nº 949, de 5.10.1993; Lei nº 9.004, de 16.3.1995; e Lei nº 9.716, de 26.11.1998.

Fato gerador: a saída de produto nacional ou nacionalizado do território brasileiro para o exterior.

Base de cálculo: o preço normal de venda que o produto, ou seu similar, alcançaria ao tempo da exportação, em condições de livre concorrência no mercado internacional².

Contribuintes: o exportador, assim considerado qualquer pessoa que promova a saída do produto do território nacional.

Alíquotas: variam de acordo com o produto e com sua destinação, e podem ser específicas e *ad valorem*. A Lei nº 9.716/1998 aumentou a alíquota de 25% para 30%. Todavia, nos casos em que o Governo tenha interesse de inibir a exportação de um determinado produto, a Lei permite fixar alíquota em até 150%.

Periodicidade de apuração: diária.

Prazo de recolhimento: diário, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha ocorrido quinze dias antes.

Destinação: o total da arrecadação constitui recursos ordinários da União.

2/ A Lei nº 9.716, de 26.11.1998 (conversão da Medida Provisória nº 1.725, de 29.10.1998), redefiniu a base de cálculo do imposto de exportação, elevando a alíquota máxima de 10% para 30%.

Imposto sobre a Importação (II)

Legislação básica: Leis nº 10.176/2001, nº 10.560/2002, nº 10.637/2002, nº 10.833/2003, nº 10.865/2004, nº 10.925/2004 e nº 10.996/2004; Decretos nº 1.343, de 23.12.1994 – Tarifa Externa Comum (TEC), e nº 2.376, de 12.11.1997.

Fato gerador: a entrada de produtos de origem estrangeira no território nacional, por qualquer via de acesso.

Base de cálculo: quando a alíquota for específica, a quantidade de mercadoria expressa na unidade de medida indicada na TEC; quando a alíquota for *ad valorem*, o valor aduaneiro apurado segundo as normas do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

Contribuintes: o importador; o destinatário de remessa postal internacional indicado pelo respectivo remetente; o adquirente de mercadoria entrepostada; o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados.

Periodicidade de apuração: diária.

Alíquotas: aquelas previstas na TEC ou no GATT.

Prazo de recolhimento: na data do registro da declaração de importação.

Destinação: o total da arrecadação constitui recursos ordinários da União.

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)

Legislação básica: Leis nº 5.143/1966; nº 7.766, de 11.5.1989; nº 8.894, de 21.6.1994; nº 9.718, de 27.11.1998; nº 11.196, de 21.11.2005; Decretos nº 2.452, de 6.1.1998; nº 2.913, de 29.12.1998; nº 5.172, de 6.8.2004; e nº 6.306, de 14.12.2007 (regulamento); Portarias Minifaz nº 341-a, de 19.12.1997; e nº 5, de 21.1.1999.

Fato gerador:

- a) nas operações de crédito: entrega do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação ou sua colocação à disposição do interessado;
- b) nas operações de câmbio: a sua efetivação pela entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição

do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este (Lei nº 8.894/1994);

- c) nas operações de seguro: a sua efetivação pela emissão da apólice ou do documento equivalente, ou o recebimento do prêmio, na forma da lei aplicável (Lei nº 5.145/1966);
- d) nas operações relativas a títulos ou valores mobiliários: emissão, transmissão, pagamento ou resgate destes, na forma da lei aplicável (Lei nº 8.894/1994).

Prazo de recolhimento: aquisição de ouro, ativo financeiro: até o 3º dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência do fator gerador; demais casos: até o 3º dia útil subsequente ao decêndio da cobrança ou do registro contábil do imposto.

Base de cálculo:

- a) valor das operações de crédito;
- b) montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição, correspondente ao valor, em moeda estrangeira, da operação de câmbio;
- c) o valor do prêmio pago;
- d) valor de aquisição, resgate, cessão ou repactuação de títulos e valores mobiliários; valor da operação de financiamento realizada em bolsas de valores, de futuros, de mercadorias e assemelhadas; valor de aquisição ou resgate de quotas de fundos de investimento e de clubes de investimento; valor do pagamento para a liquidação das operações de aquisição, resgate, cessão ou repactuação de títulos e valores mobiliários, quando inferior a 95% do valor inicial da operação e o correspondente valor de resgate ou cessão.

Contribuintes:

- a) nas operações de crédito: pessoas físicas ou jurídicas tomadoras de crédito;
- b) nas operações de câmbio: os compradores ou vendedores de moeda estrangeira nas operações referentes às transferências financeiras para o exterior ou do exterior, respectivamente;
- c) nas operações de seguro: pessoas físicas ou jurídicas seguradas;
- d) nas operações relativas a títulos e valores mobiliários: os adquirentes de títulos ou valores mobiliários e os titulares de aplicação financeira, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, na hipótese prevista no inciso IV do artigo 27 do Decreto nº 2.219, de 2.5.1997.

Alíquotas:

- a) nas operações de crédito: diversas, conforme o prazo e tipo de operação. A alíquota máxima é de 1,5% ao dia. O Decreto nº 6.339/2008 estabeleceu que o IOF incidirá sobre as operações de crédito à alíquota adicional de 0,38%, independentemente do prazo da operação, seja mutuário pessoa física ou jurídica;
- b) nas operações de câmbio: alíquota máxima é de 25%; o Decreto nº 6.339/2008 estabeleceu que o IOF incidirá sobre as operações de câmbio à alíquota adicional de 0,38%;
- c) nas operações de seguro de vida: a partir de setembro de 2004, será reduzida de 7% para 4%; em setembro de 2005, será reduzida para 2% e, em setembro de 2006, será zerada. O Decreto nº 6.339/2008 estabeleceu que o IOF incidirá sobre as operações de seguro à alíquota adicional de 0,38%;
- d) nas operações relativas a títulos ou valores mobiliários: alíquota máxima de 1,5% ao dia; e
- e) nas operações com ouro, ativo financeiro ou instrumento cambial: alíquota de 1% sobre o preço de aquisição.

Destinação: IOF-ouro: 30% para os estados e 70% para os municípios; IOF-outros: constitui recursos ordinários da União.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

Legislação básica: arts. 153 e 159 da Constituição Federal; Leis nº 10.276, de 10.9.2001; nº 10.833, de 29.12.2003; nº 11.033, de 21.12.2004; Decretos nº 97.410, de 23.12.1988; nº 4.544, de 26.12.2002; nº 4.067, de 28.12.2001; nº 4.924, de 19.12.2003; e nº 5.173, de 6.8.2004.

Fato gerador: a saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou a ele equiparado, quando produto nacional; o desembaraço aduaneiro, quando produto de procedência estrangeira; e a arrematação, quando for produto apreendido ou abandonado e levado a leilão (art. 46 do Código Tributário Nacional – CTN).

Base de cálculo: o imposto incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros, obedecidas as especificações constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI) – Lei nº 4.502/1964 e Decreto-Lei nº 34/1966.

Valor tributável mínimo:

- a) nas operações internas: o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria e, na falta do valor, o preço corrente da mercadoria ou sua similar no mercado atacadista da praça do remetente;

- b) nas operações de importação: o valor da mercadoria, acrescido do Imposto de Importação, das taxas exigidas para entrada do produto no País e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis;
- c) no caso de leilão: o preço da arrematação.

Contribuintes: o industrial, em relação ao fato gerador decorrente de saída de produto que industrializar em seu estabelecimento; o importador, em relação ao fato gerador decorrente do desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira.

Alíquotas: devido às características de seletividade e extrafiscalidade que lhe são atribuídas, as alíquotas são bem diferenciadas e estão definidas na TIPI aprovada pelo Decreto nº 4.070/2001 e pela Lei nº 10.451/2002.

Periodicidade de apuração: decendial.

Prazos de recolhimento:

- a) cigarros e bebidas: até o 3º dia útil do decêndio subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores;
- b) demais produtos: até o último dia útil do decêndio subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores.

Destinação: 21,5% para o FPE; 23,5% para o FPM; 3% para os FNO, FNE e FCO; 10% para o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados. Os 43% restantes constituem recursos ordinários da União.

Imposto Territorial Rural (ITR)

Legislação básica: Lei nº 9.393, de 19.12.1996; nº 11.250, de 27.12.2005; Decreto nº 4.382, de 19.9.2002 (regulamento); e EC nº 42, de 19.12.2003.

Fato gerador: a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Base de cálculo: o valor da terra nua tributável (valor da terra nua, excluídas as áreas de preservação permanente e de reserva legal previstas na Lei nº 7.803, de 18.7.1989).

Contribuintes: proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Alíquotas: variam de 0,03% até 20%. Quanto menor for a área da propriedade e maior for o seu grau de utilização, menor será a alíquota.

Destinação: 50% da arrecadação são transferidos para os municípios e 50% constituem recursos ordinários da União. A Lei nº 11.250/2005 regulamentou dispositivo da Constituição Federal (EC nº 42/2003) que permite à União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, celebrar convênio com o Distrito Federal e com os municípios, que assim optarem, para fiscalizar e cobrar o imposto. A opção não poderá implicar redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

Capítulo II – Contribuições federais

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)

Legislação básica: Emendas Constitucionais nº 33, de 11.12.2001; nº 42, de 19.12.2003; e nº 44, de 30.6.2004; Leis nº 10.336, de 19.12.2001; nº 10.453, de 13.5.2002; nº 10.636, de 30.12.2002; nº 10.866, de 4.5.2004; e nº 11.312, de 27.6.2006; Decretos nº 4.066, de 27.12.2001; nº 4.565, de 1.1.2003; e nº 6.446, de 2.5.2008.

Fato Gerador: as operações realizadas pelos contribuintes que importarem ou comercializarem, no mercado interno, os seguintes produtos: gasolina e suas correntes; diesel e suas correntes; querosene de aviação e outros querosenes; óleos combustíveis (*fuel-oil*); gás liquefeito de petróleo (GLP), inclusive o derivado de gás natural e de nafta; e álcool etílico combustível.

Base de cálculo: unidade de medida prevista na Lei nº 10.336/2001, para os produtos relacionados no item fato gerador que forem importados ou comercializados no mercado interno.

Alíquotas:

- a) gasolina: R\$180,00 por m³;
- b) diesel: R\$30,00 por m³;
- c) querosene de avião: R\$65,30 por m³;
- d) outros querosenes: R\$53,80 por m³;
- e) óleos combustíveis: R\$40,90 por tonelada;
- f) gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e de nafta: R\$167,60 por tonelada;
- g) gás etílico combustível: R\$29,25 por m³.

Periodicidade de apuração: diária, nos casos de importação; mensal, quando se tratar da comercialização no mercado interno.

Prazo de recolhimento: na hipótese de importação, o pagamento da Cide deve ser efetuado na data do registro da declaração de importação. No caso de comercialização, no mercado interno, a Cide devida será apurada mensalmente e será paga até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador.

Destinação da arrecadação:

- a) 71% dos recursos permanecem com a União e são destinados ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes;
- b) 21,75% são destinados aos estados e ao Distrito Federal para aplicação em programas de infra-estrutura de transportes;
- c) 7,25% são destinados aos municípios, com a mesma finalidade.

As transferências para os estados e municípios são realizadas somente quatro vezes por ano: nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. O montante a ser transferido é calculado com base na arrecadação do trimestre anterior.

Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público (CPSS)

Legislação básica: Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003; Lei nº 10.887, de 18.6.2004 (conversão da Medida Provisória nº 167, de 19.2.2004), e decisão do Supremo Tribunal Federal, em 18.8.2004.

Fato gerador: o pagamento mensal aos servidores públicos.

Contribuintes: os servidores civis, ativos e inativos, e os pensionistas da União, suas autarquias, inclusive as em regime especial e as fundações públicas. A União, autarquias e fundações públicas também contribuirão para o custeio do regime próprio de previdência social dos seus servidores públicos.

Base de cálculo: é a totalidade da remuneração de contribuição, do provento ou da pensão mensal paga aos servidores públicos civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial e das fundações públicas federais. Como remuneração de contribuição entende-se o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual, ou quaisquer vantagens, inclusive as relativas à natureza ou local de trabalho, ou outra paga sob o mesmo fundamento.

Isenção ou redução: a contribuição não incidirá sobre a parcela dos proventos e pensões de valor igual ao teto fixado para os benefícios pagos pelo INSS aos trabalhadores da iniciativa privada.

Alíquota: 11%.

Considerações: a cobrança da contribuição previdenciária de inativos e pensionistas da União, conforme estabelecido na EC nº 41/2003 e na Lei 10.887/2004, teve início em 21.5.2004. Em reunião realizada em 18.8.2004, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) relacionada à taxação dos inativos, decidiu manter a cobrança da contribuição, elevando a faixa de isenção e uniformizando o valor a ser pago nos três entes federados.

Ficou estabelecido que a alíquota de 11% incidirá sobre proventos e pensões que excederem o teto fixado para os benefícios pagos aos trabalhadores da iniciativa privada ao amparo do INSS. Pela Reforma da Previdência, a contribuição incidiria sobre a parcela de proventos e pensões que excedesse 50% do teto fixado para os benefícios do INSS, para os servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e 60% do teto, para os servidores da União.

Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep)

Legislação básica: Leis Complementares nº 7, de 7.9.1970, e nº 8, de 3.12.1970; Leis nº 7.859, de 25.10.1989; nº 8.398, de 7.1.1992; nº 9.701, de 17.11.1998; nº 9.718, de 27.11.1998; nº 10.312, de 27.11.2001; nº 10.276, de 10.9.2001; nº 10.431, de 24.4.2002; nº 10.637, de 30.12.2002; nº 10.865, de 30.4.2004; e nº 10.833, de 29.12.2003; Decreto nº 4.524, de 17.12.2002 (Regulamento).

Considerações: a Medida Provisória nº 66, de 29.8.2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30.12.2002, pôs fim à cumulatividade da contribuição, que passou a incidir sobre o valor agregado a partir de 1.12.2002. Na prática, será creditada à empresa o valor do PIS/Pasep pago nas etapas anteriores da cadeia produtiva, num sistema de crédito e débito. Com a base de cálculo menor, a alíquota da contribuição foi elevada de 0,65% para 1,65%, a fim de manter o produto da arrecadação no mesmo patamar.

O art. 30 da Lei nº 10.833, de 29.12.2003, ampliou a incidência da contribuição, incluindo os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores, locação de mão-de-obra e outros, mediante retenção na fonte pagadora, com vigência a partir de 1.2.2004.

A Medida Provisória nº 164, de 29.1.2004, convertida na Lei nº 10.865, de 30.4.2004, estendeu o pagamento da contribuição aos bens e serviços importados a partir de 1.5.2004.

Fato gerador:

- a) auferimento de receita pela pessoa jurídica de direito privado; e
- b) folha de salários das entidades:
 - b.1) templos de qualquer culto;
 - b.2) partidos políticos;
 - b.3) instituições de educação e de assistência social que preencham as condições e os requisitos do art. 12 da Lei nº 9.532/1997;
 - b.4) instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações que preencham as condições e os requisitos do art. 15 da Lei nº 9.532/1997;
 - b.5) sindicatos, federações e confederações;
 - b.6) serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei;
 - b.7) conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas;
 - b.8) fundações de direito privado;
 - b.9) condomínios de proprietários de imóveis residenciais ou comerciais;
 - b.10) sociedades cooperativas.

Contribuintes: pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda; entidades sem fins lucrativos; entidades fechadas e abertas de previdência complementar; União, estados, Distrito Federal e municípios; autarquias em geral, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas e mantidas pelo poder público e entidades financeiras enquadradas como empresas públicas.

Base de cálculo (PIS): valor do faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. O total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica. Folha de pagamento mensal das entidades sem fins lucrativos, definidas como empregadoras pela legislação trabalhista, inclusive fundações e sociedades cooperativas.

Base de cálculo (Pasep): valor do faturamento mensal das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias; receitas correntes arrecadadas e transferências correntes e de capital recebidas por pessoas jurídicas de direito público interno e suas autarquias.

Alíquotas (PIS)^{3/}:

- a) pessoas jurídicas que recolhem o tributo sobre o valor agregado: 1,65%;
- b) entidades financeiras e demais pessoas jurídicas que continuam a recolher o tributo pelo sistema anterior à Lei nº 10.637/2002: 0,65%;
- c) entidades sem fins lucrativos (folha de pagamento): 1%.

Alíquotas (Pasep):

- a) pessoas jurídicas de direito público e autarquias: 1%;
- b) empresas públicas (faturamento): 0,65%;
- c) folha de pagamento: 1%.

Periodicidade de apuração: mensal.

Prazo de recolhimento: último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador.

Empresas que permanecem sujeitas às normas da legislação anterior:

- a) pessoas jurídicas referidas nos parágrafos 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27.11.1998 (parágrafos introduzidos pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24.8.2001), e Lei nº 7.102, de 20.6.1983;
- b) pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;
- c) pessoas jurídicas optantes pelo Simples;
- d) pessoas jurídicas imunes a impostos;
- e) órgãos públicos, autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988;
- f) as receitas decorrentes das operações sujeitas à substituição tributária da contribuição para o PIS/Pasep e aquelas referidas no art. 5º da Lei nº 9.716, de 26.11.1998;
- g) as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações;
- h) as sociedades cooperativas;
- i) as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Destinação da arrecadação: orçamento da Seguridade Social, para custear despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.

3/ A alíquota do PIS, cobrada das instituições financeiras, foi elevada para 0,75% durante o período de vigência do FSE (de 1.1.1994 até 31.12.1995) e do seu sucedâneo, o FEF (de 1.1.1996 até 31.12.1999). No entanto, com a edição da MP nº 1.807-2, de 25.3.1999, a alíquota retornou ao patamar de 0,65%, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1.2.1999.

Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)⁴

Legislação básica: Emendas Constitucionais nº 12, de 15.8.1996; nº 21, de 18.3.1999; nº 31, de 14.12.2000; nº 37, de 12.6.2002; e nº 42, de 19.12.2003; Leis nº 9.311, de nº 24.10.1996; nº 9.539, de 12.12.1997; nº 10.306, de 8.11.2001; nº 10.833, de 29.12.2003; nº 10.892, de 13.7.2004; nº 11.196, de 21.11.2005; e nº 11.312, de 27.6.2006; Portaria Minifaz nº 6, de 10.1.1997; Circular do Banco Central nº 2.733, de 21.1.1997.

Fato gerador:

- a) o lançamento a débito, por instituição financeira, em contas-correntes de depósito, em contas-correntes de empréstimos, em contas de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósitos em consignação de pagamento;
- b) o lançamento a crédito, por instituição financeira, em contas-correntes que apresentem saldo negativo, até o limite do valor da redução do saldo devedor;
- c) a liquidação ou pagamento, por instituição financeira, de quaisquer créditos, direitos ou valores, por conta e ordem de terceiros, que não tenham sido creditados, em nome do beneficiário, nas contas referidas nos incisos anteriores;
- d) o lançamento, e qualquer outra forma de movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, não relacionados nos incisos anteriores, efetuados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas;
- e) a liquidação de operação contratada nos mercados organizados de liquidação futura; e
- f) qualquer outra movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, que, por sua finalidade, reunindo características que permitam presumir a existência de sistema organizado para efetivá-la, produza os mesmos efeitos previstos nos incisos anteriores.

Base de cálculo: o valor do lançamento e de qualquer outra forma de movimentação ou transmissão.

4/ A CPMF é sucedânea do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que, instituído pela Emenda Constitucional nº 3, de 17.3.1993, e regulamentado pela Lei Complementar nº 77, de 13.7.1993, vigorou no período de 1.1.1994 até 31.12.1994, com a alíquota de 0,25%. A permissão para que a União instituisse a CPMF foi dada pela Emenda Constitucional nº 12, de 15.8.1996, e sua cobrança, com alíquota de 0,20%, foi limitada ao período de 23.1.1997 a 24.2.1998. Desde então, a cobrança da Contribuição vem sendo sucessivamente renovada, sendo que a última autorização se deu pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003. Por essa Emenda, a CPMF teve vigência até 31.12.2007, com alíquota de 0,38%.

Contribuintes: os titulares das contas, o beneficiário, as instituições financeiras e os comitentes das operações referidas acima (especificação dos fatos geradores).

A Emenda Constitucional nº 37/2002 determinou a não-incidência da CPMF nos seguintes lançamentos:

- a) em contas-correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de:
 - a.1) câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214, de 27.3.2001;
 - a.2) companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514, de 20.11.1997;
 - a.3) sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro;
- b) em contas-correntes de depósito, relativas a:
 - b.1) operações de compra e venda de ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;
 - b.2) contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros.

Alíquota: 0,38%.

Principais isenções:

- a) lançamento das contas da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, de suas autarquias e fundações;
- b) lançamento para pagamento da própria contribuição na condição de contribuinte responsável;
- c) saques efetuados diretamente nas contas vinculadas do FGTS e do Fundo de Participação PIS/Pasep e no saque do benefício do seguro-desemprego, pago de acordo com os critérios previstos no art. 5º da Lei nº 7.998, de 11.1.1990;
- d) movimentação financeira ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira das entidades beneficentes de assistência social, nos termos do § 7º do art. 195 da Constituição Federal; e
- e) operações de migração entre fundos de pensão.

Prazo de recolhimento: uma vez a cada decêndio.

Destinação: Fundo Nacional de Saúde, para o financiamento das ações e do serviço de saúde (Orçamento da Seguridade Social), e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)⁵

Legislação básica: Leis Complementares nº 70, de 30.12.1991, e nº 85, de 15.2.1996; Leis nº 8.696, de 27.8.1993; nº 8.850, de 28.1.1994; nº 9.718, de 27.11.1998; nº 10.312, de 27.11.2001; nº 10.431, de 24.2.2002; nº 10.684, de 30.5.2003; e nº 10.833, de 29.12.2003.

Considerações: com a edição da Medida Provisória nº 135, de 31.10.2003 (convertida na Lei nº 10.833, de 29.12.2003), a partir de 1.2.2004 a cobrança da Cofins, para alguns setores da atividade econômica, deixou de ser cumulativa e passou a incidir sobre o valor agregado. Pela nova sistemática, a empresa credencia-se a receber, sob a forma de crédito tributário, a diferença entre o que for devido quando da aplicação da alíquota sobre a base de cálculo do tributo – no caso, o valor do faturamento mensal – e o que já foi recolhido nas etapas anteriores da cadeia produtiva.

Contribuintes: pessoas jurídicas, inclusive as a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, exceto as microempresas e empresas de pequeno porte que optarem pelo Simples.

Fato gerador: o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

Base de cálculo: o valor do faturamento mensal, conforme definido acima.

Alíquotas: 3% (exceto as instituições financeiras, que estão sujeitas à alíquota de 4%) e 7,6% para as empresas que recolhem a contribuição com base no valor agregado.

Periodicidade de apuração: mensal.

Prazo de recolhimento: até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

5/ A Cofins é sucedânea da Contribuição para o Fundo de Investimento Social (Finsocial), instituída pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25.5.1982. A Lei nº 9.718, de 27.11.1998, elevou a alíquota de 2% para 3%, a partir de 1.2.1999, e estendeu sua incidência às instituições financeiras. Posteriormente, com a edição da Lei nº 10.684, de 30.5.2003, a alíquota para as instituições financeiras foi elevada para 4%, com vigência a partir de 1.6.2003.

Empresas que permanecem sujeitas às normas da legislação anterior: instituições financeiras; pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado (empresa com faturamento mensal de até R\$4 milhões); empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples); pessoas jurídicas imunes a imposto; sociedades cooperativas; empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e empresas jornalísticas e de radiofusão sonora de sons e imagens; receitas submetidas a regime especial de tributação (Lei nº 10.637, de 30.12.2002); receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros; de serviço prestado por hospital, pronto-socorro, casa de saúde e de recuperação sob orientação médica e por banco de sangue; de prestação de serviços de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior.

Destinação da arrecadação: orçamento da Seguridade Social, para custear despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.

Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público Incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/Pasep-Importação) e Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social Devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação)

Legislação básica: Lei nº 10.865, de 30.4.2004; e Decreto nº 5.171, de 6.8.2004.

Considerações: essas duas novas contribuições sociais foram instituídas pela Medida Provisória nº 164, de 29.1.2004 (convertida na Lei nº 10.865/2004), com o propósito de dar tratamento isonômico entre a tributação dos bens produzidos e serviços prestados no País, que sofrem a incidência da Cofins e do PIS/Pasep, e os bens e serviços importados de residentes ou domiciliados no exterior, que passam a ser tributados às mesmas alíquotas dessas contribuições. Ressalta-se que a incidência dessas contribuições passou a vigorar em 1.5.2004.

Contribuintes: o importador, assim considerada pessoa física ou jurídica que promova a entrada de bens estrangeiros no território nacional; a pessoa física ou jurídica contratante de serviços de residente ou domiciliado no exterior; e o beneficiário do serviço, na hipótese em que o contratante também seja residente ou domiciliado no exterior.

Base de cálculo: o valor aduaneiro que servir ou que serviria de base para o cálculo do imposto de importação, acrescido do montante desse imposto, do ICMS devido e do valor das próprias contribuições.

Alíquotas: 1,65% para o PIS/Pasep-Importação e 7,6% para a Cofins-Importação. No caso de importação de gás liquefeito de petróleo (GLP), as alíquotas são de, respectivamente, 2,56% e 11,84%; importação de querosene de aviação, 1,25% e 5,8%. A lei fixou outros níveis de alíquotas para produtos constantes da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Periodicidade de apuração: diária.

Prazo de recolhimento: na data do registro da declaração de importação, no caso de entrada de bens estrangeiros no território nacional; na data de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa de valores a residentes ou domiciliados no exterior como contraprestação por serviço prestado; na data do vencimento do prazo de permanência do bem no recinto alfandegado.

Isenções: importações realizadas pelos entes da administração pública, pelas missões diplomáticas e pelas representações de organismos internacionais de caráter permanente, dos quais o Brasil seja membro, e pelos respectivos integrantes; bens adquiridos em loja franca, no País; bens importados sob o regime aduaneiro especial de *drawback*, na modalidade de isenção; remessas postais e encomendas aéreas internacionais, destinadas a pessoa física; bagagens de viajantes procedentes do exterior e bens importados a que se apliquem os regimes de importação simplificada ou especial; máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, e suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, importados por instituições científicas e tecnológicas, atendidos os requisitos da Lei nº 8.010, de 1990 etc.

Destinação da arrecadação: orçamento da Seguridade Social, para custear despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas (CSLL)

Legislação básica: Leis nº 7.689, de 15.12.1988; nº 8383, de 30.12.1991; nº 9.249, de 26.12.1995; nº 9.316, de 22.11.1996; nº 9.779, de 19.1.1999; nº 10.426, de 24.4.2002; nº 10.637, de 30.12.2002; e nº 10.684, de 30.5.2003; Medida Provisória nº 413, de 3.1.2008; e Instrução Normativa SRF nº 810, 21.1.2008.

Fato gerador: a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica:

- a) de renda (o produto do capital);
- b) de proventos (lucro auferido pelas empresas).

Base de cálculo⁶: o lucro líquido do exercício, ajustado antes da provisão para o Imposto de Renda.

Contribuintes: todas as pessoas jurídicas domiciliadas no País, e as que lhe são equiparadas pela legislação tributária.

Alíquota: 9%. Alíquota para as instituições financeiras foi elevada de 9% para 15% sobre fatos geradores ocorridos a partir de maio de 2008.

Periodicidade de apuração: mensal.

Prazos de recolhimento: o prazo e a sistemática de recolhimento são idênticos ao do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Destinação: financiamento das ações a cargo da Seguridade Social.

6/ Com a edição da Medida Provisória nº 107, de 10.2.2003 (convertida na Lei nº 10.684, de 30.5.2003), a partir de 1.6.2003 a base de cálculo para as empresas prestadoras de serviços, que recolhem o tributo com base no lucro presumido, foi elevada de 12% para 32% da receita bruta.

Capítulo III – Impostos estaduais

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS)

Fundamento legal: art. 155, II, da Constituição Federal; Lei nº 5.172/1966; Leis Complementares nº 24/1975, nº 63/1990, nº 65/1991 e nº 87/1996.

Fato gerador:

- a) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, ainda que as operações e as prestações de serviços se iniciem no exterior;
- b) a entrada de mercadoria importada do exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento, assim como serviço prestado no exterior;
- c) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços:
 - c.1) não compreendidos na competência tributária dos municípios;
 - c.2) compreendidos na competência tributária dos municípios e com indicação expressa, em lei complementar, de incidência deste imposto;
- d) fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento, inclusive de serviços prestados.

Contribuinte: qualquer pessoa física ou jurídica que realize com habitualidade, ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade:

- a) importe mercadorias do exterior, ainda que as destine a consumo ou ao ativo permanente do estabelecimento;
- b) seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;
- c) adquira em licitação mercadorias apreendidas ou abandonadas;
- d) adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização.

Alíquotas: serão propostas pelos Estados e pelo Distrito Federal e aprovadas no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), composto pelos respectivos Secretários de Fazenda.

Destinação: do produto da arrecadação, 75% permanecem com os Estados e 25% são repassados aos Municípios, conforme os seguintes critérios:

- a) até 3/4, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;
- b) até 1/4, de acordo com o que dispuser a lei estadual.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

Fundamento legal: art. 155, III, da Constituição Federal; Lei nº 8.115/1985 e legislação específica de cada Estado da Federação.

Fato gerador: a propriedade de veículo automotor.

Contribuinte: o proprietário do veículo automotor (automóvel, caminhão, motocicleta, aeronave, embarcação etc.), e sua ocorrência se dá no município onde o contribuinte seja domiciliado ou residente.

Base de cálculo: o valor venal do veículo, atribuído pela autoridade administrativa do gravame. No caso de veículo automotor novo, o valor venal é representado pelo preço comercial na data da aquisição, tabelado pelo órgão competente, ou na falta, o preço não inferior ao de mercado, constante do documento de transmissão da propriedade.

Alíquotas: em média, são de 5% no caso de veículo de passeio, de esporte e de corrida, camioneta de uso misto e utilitário; de 3% no caso de veículos detentores de permissão para transporte público de passageiros, assim como jipe, furgão, motocicleta e ciclomotor; de 2% no caso de propriedade dos demais veículos, inclusive ambulância.

Destinação: do produto da arrecadação, 50% permanecem com o Estado arrecadador e 50% são repassados aos municípios nos quais os veículos tenham sido licenciados.

Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* ou Doação de Bens e Direitos (ITCD)

Fundamento legal: art. 155, I, da Constituição Federal e legislação específica de cada Estado da Federação.

Fato gerador: a transmissão da propriedade de bens imóveis, inclusive dos direitos a eles relativos, bens móveis, direitos, títulos e créditos, em consequência de:

- a) sucessão *causa mortis*, inclusive instituição e substituição de fideicomisso (disposição testamentária pela qual se instituem os herdeiros);
- b) partilha decorrente de ato de última vontade;
- c) instituição de usufruto testamentário sobre bens imóveis e sua extinção, por falecimento do usufrutuário;
- d) doação;
- e) cessão, renúncia ou desistência de direitos relativos às transmissões de que tratam os itens anteriores, em favor de pessoa determinada;
- f) transmissão *causa mortis* do domínio útil do bem.

Contribuinte: o herdeiro ou legatário, na transmissão *causa mortis*; o beneficiário, na hipótese de renúncia ou desistência de herança, legado ou usufruto; o donatário, na transmissão.

Base de cálculo: o valor do título ou do crédito; e o valor venal do bem ou direito a ele relativo, determinado por avaliação da Secretaria da Fazenda. Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será igual a 70% (setenta por cento) do valor venal do bem. Na consolidação da propriedade no fiduciário, por falecimento, desistência, renúncia ou não-aceitação do fideicomissário, a base de cálculo será igual a 30% (trinta por cento) do valor venal do bem. Tratando-se de doação, a base de cálculo, no caso de transmissão de propriedade nua, será igual a 30% (trinta por cento) do valor do bem. Finalmente, no caso de transmissão do direito de usufruto, será igual a 70% (setenta por cento) do valor venal do bem.

Alíquotas: dependem da legislação própria de cada Estado. No Distrito Federal, a alíquota é de 4%.

Destinação: o produto da arrecadação constitui integralmente receita do Estado arrecadador.

Capítulo IV – Impostos municipais

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)

Fundamento legal: art. 156, I, da Constituição Federal e legislação específica de cada município.

Fato gerador: a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município.

Contribuinte: o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio ou o seu possuidor a qualquer título.

Base de cálculo: o valor venal do imóvel, apurado anualmente por meio de avaliação administrativa.

Alíquotas: variam de acordo com a legislação específica de cada município. No Distrito Federal, onde os contribuintes estão sujeitos à cobrança dos tributos estaduais e municipais, as alíquotas são de:

- a) 3%, para terrenos não edificados;
- b) 1% para terrenos edificados;
- c) 3% para imóveis com edificações em construção, demolição, condenados ou em ruínas;
- d) 0,3% para imóveis exclusivamente residenciais edificados.

Destinação: o produto da arrecadação pertence exclusivamente ao tesouro municipal.

Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos (ITBI)

Fundamento legal: art. 156, II, da Constituição Federal e legislação específica de cada município.

Fato gerador: constituem fatos geradores do tributo as seguintes operações:

- a) a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou cessão física;
- b) a transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia; e
- c) a cessão de direitos à sua aquisição, por ato oneroso, relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Contribuinte: o adquirente ou cessionário do bem ou direito.

Base de cálculo: o valor venal dos bens ou direitos, transmitidos ou cedidos.

Alíquotas: variam de município para município. Em Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e Recife, a alíquota é de 2%. Em Porto Alegre, de 3%. Em Belo Horizonte, foram estabelecidas alíquotas progressivas de 2%, 2,5% e 3%.

Destinação: o produto da arrecadação constitui receita própria do município.

Imposto sobre Serviços (ISS)

Fundamento legal: art. 156, III, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 116, de 31.7.2003; e legislação específica de cada município.

Fato gerador: a prestação de serviços a terceiros, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo.

Contribuinte: o prestador do serviço, empresa ou profissional autônomo.

Base de cálculo: o preço do serviço, que, para efeito de apuração da base de cálculo, será obtido:

- a) pela receita mensal do contribuinte, quando se tratar de prestação de serviço de caráter permanente;
- b) pelo preço cobrado, quando se tratar de prestação de serviço de caráter eventual, seja descontínua ou isolada.

Alíquotas: variam de acordo com a legislação específica de cada município. No Distrito Federal, as alíquotas variam de 0,5% a 10,0%. Hospitais e similares (2,0%), jogos e diversões públicas, exceto cinemas (10%), cinemas (1,0%), transporte coletivo (1,0%), arrendamento mercantil ou *leasing* (0,5%), outros serviços (5,0%).

Destinação: o produto da arrecadação constitui receita própria do município.